

Em 2022, contas públicas têm 1º superávit em 9 anos

Resultado foi puxado pelo aumento da arrecadação, com alta da inflação, desempenho das 'commodities' e mais dividendos de estatais. Desde 2014, país vinha registrando rombo, o que fez a dívida disparar

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@o Globo.com.br
BRASÍLIA

As contas do governo federal fecharam o ano de 2022 com um superávit de R\$ 54 bilhões, de acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional ontem. Foi o primeiro ano em que as contas federais encerraram no azul desde 2013. Essa situação, porém, não deve se repetir neste ano.

Desde 2014, o país vem registrando rombo nas contas, o que fez a dívida pública subir. Quando o governo gasta mais que arrecada, precisa se endividar. Quando ocorre o inverso, como no ano passado, o dinheiro pode ser usado para diminuir a dívida. Em 2021, houve déficit de R\$ 35 bilhões.

A dívida pública atingiu 51,54% do PIB em 2013 e deve fechar 2022 próxima a 76% do PIB (o número será divulgado na semana que vem). É um patamar superior ao dos emergentes, que têm em média 65% do PIB de dívida.

Superávit registrado no ano passado é resultado de uma arrecadação recorde, influenciada pela recuperação da economia pós-Covid, pela alta da inflação e pelo desempenho das commodities (espe-

cialmente petróleo). Esses fatores aumentam a arrecadação de impostos. A receita líquida cresceu 77%, já descontada a inflação.

A arrecadação líquida do governo, após as transferências para estados e municípios, foi de R\$ 1,856 trilhão.

RECEITA COM CONCESSÕES

Uma receita que cresceu fortemente no ano passado foi a de dividendos de estatais. Em 2022, o governo recebeu R\$ 87,9 bilhões em dividendos e participações das suas empresas, alta de 85,1% em relação ao ano anterior. O governo decidiu antecipar o remessa de dividendos da Petrobras para fechar as contas.

Já a receita com concessões e permissões subiu 343%, atingindo R\$ 47,5 bilhões em 2022. Nessa conta estão, por exemplo, arrecadação com concessão de aeroportos e rodovias. Foram as duas maiores altas pelo lado da receita.

Do lado das despesas, o governo continuou limitado pelo teto de gastos (que limita o crescimento das despesas federais à inflação do ano anterior). Para contornar essa restrição, o governo Bolsonaro conseguiu aprovar uma Emenda à



Deficit em 2023. O Ministério da Fazenda quer reduzir o rombo previsto de R\$ 231 bilhões para R\$ 100 bilhões

Constituição que permitiu ampliar gastos em R\$ 40 bilhões na reta final da campanha eleitoral, liberando benefícios como o Auxílio Brasil de R\$ 600 e pagamentos para caminhoneiros e taxistas.

Em 2022, começou a valer uma ampliação no teto de R\$ 100 bilhões. Isso foi possível, em grande parte, pela limitação do pagamento de precatórios (dívidas judiciais). A despesa aumentou 2,1%, já descontada a inflação.

No total, foram gastos R\$ 1,801 trilhão, a maior parte com Previdência e salários. Com isso, sobraram R\$ 45,5 bilhões para investimentos, menos 26% frente a 2021.

O resultado do ano passado se refere à gestão do então ministro da Economia,

Paulo Guedes, mas foi apresentado pelo atual secretário do Tesouro, Rogério Ceron, escolhido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad:

— Esse resultado tecnicamente está correto, não tem nada de equivocado. Não tem uma falha contábil. Mas houve instrumentos que ajudaram esse resultado. Foi feito

um ajuste no fluxo de caixa de pagamento de precatórios, uma coisa inédita no governo federal. Há mais de R\$ 50 bilhões de crescimento de precatórios. Além de crescimento de restos a pagar. É fato que os dois instrumentos foram usados para gerar esse resultado.

Restos a pagar são despesas que ficam para serem quitadas no exercício seguinte.

QUEDA NA PREVIDÊNCIA

No ano passado, toda a Previdência Social teve um déficit de R\$ 375,7 bilhões (equivalente 4,1% do PIB). Foi uma queda de R\$ 12 bilhões na comparação com o ano anterior, causada pela reforma da Previdência de 2019, de acordo com o governo. Esse número considera o Regime Geral (pago pelo INSS, de R\$ 265,4 bilhões), o Regime Próprio (de servidores) e militares (R\$ 110,3 bilhões).

Este ano, está previsto déficit de R\$ 231 bilhões no Orçamento. Haddad garante que esse número é exagerado e que o resultado será melhor. No início do mês, o ministro apresentou um pacote de medidas que devem reduzir esse rombo para R\$ 100 bilhões.

Juros do cartão de crédito vão a 409%, maior patamar desde 2017

Selic e temor de inadimplência pesaram na alta de 61 pontos percentuais

RENAN MONTEIRO
renan.monteiro@o Globo.com.br
BRASÍLIA

Os juros do cartão de crédito rotativo chegaram a 409,3% no fim de 2022, maior patamar desde de agosto de 2017, quando atingiram 428%. Foi um salto de 61,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A alta no custo agrava o endividamento, que atinge quase 50% das famílias com operações de crédito em bancos ou outras instituições financeiras.

Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central. O rotativo no cartão é um crédito pré-aprovado ao

qual os consumidores costumam recorrer quando estão em dificuldade. Ele e o cheque especial são os créditos de urgência mais procurados, por isso os juros nessas modalidades costumam ser bastante elevados.

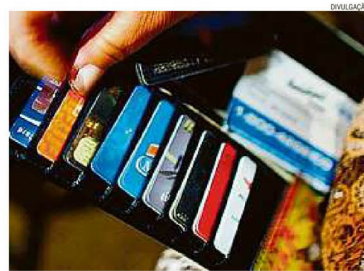
— Um dos principais fatores dessa elevação no último ano é a grande correlação entre os juros do rotativo com a Taxa Selic, que teve sequências de elevações (até 13,75%). Outro fator é a expectativa das instituições financeiras em relação à capacidade de solvência (pagar a dívida) das pessoas físicas, no cenário de instabilidade econômica —

explica Diego de Vasconcelos, mestre em Economia.

Quando os clientes não conseguem pagar uma fatura e entram no rotativo, o cenário ideal é finalizar a operação no "curtíssimo prazo", ressalta Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas do BC.

DIFICULDADE NA ORIGEM

Segundo Rocha, o prazo de uma operação no cartão de crédito rotativo é tipicamente de um mês. A taxa de inadimplência, porém, não é baixa. O endividamento para pessoas físicas no crédito rotativo fechou o ano passado



Plástico. O endividamento para pessoas físicas no rotativo fechou 2022 a 44,7%

em 44,7%, contra 7,8% nas compras parceladas. Em dezembro de 2021, esses números eram de 35,7% e 6,1%, respectivamente.

— Quando o cliente entra no cartão de crédito rotativo, em geral, ele já teve dificuldade de pagar toda a fatura na origem. Então, economicamente, é como se ele já estivesse inadimplente na parti-

da. É mostrada uma dificuldade maior para gerir aquela operação, por isso as taxas de inadimplência no rotativo são muito elevadas — diz Rocha.

A taxa para as compras parceladas no cartão de crédito subiu para 182,4%, aumento de 2,4 pontos. Já a taxa de juros total do cartão de crédito ficou em 94,1% até dezembro de 2022.

O juro no cheque especial também aumentou, para 131,9%, contra 127,9% em dezembro de 2021.

ENDIVIDAMENTO: 49,5%

O custo do crédito também aumentou em outras modalidades. Segundo o BC, a taxa média de juros cobrada por bancos subiu 8,2 pontos percentuais, a 42% ao ano em dezembro de 2022. Ainda assim, a contratação de crédito cresceu 14% no ano passado.

Já o endividamento das famílias atingiu 49,5% em novembro de 2022 — abaixo do pico de 50,1% registrado em julho. O dado do BC inclui dívidas em carnê de lojas, crédito consignado, empréstimo, financiamento de carro ou imóvel. Com esse patamar de endividamento, o comprometimento da renda familiar com instituições financeiras ficou em 28,2% no período.

Escolha de novo diretor vai testar relação de BC e governo

Primeiras vagas na diretoria do banco serão abertas em um mês. Mandato de Roberto Campos Neto vai até o ano que vem

BRASÍLIA

O cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central ficará vago em um mês, e a escolha do sucessor de Bruno Serra está sendo considerada, dentro fora do governo, como um teste na relação do BC autônomo com a gestão Lula.

Para interlocutores do Ministério da Fazenda, o nome que for encaminhado pelo governo e a forma como o ocupante desse cargo for escolhido vai indicar como o atual governo vai se relacionar com o Banco Central. Além disso, pode apontar os caminhos para a escolha do próximo presidente do BC, já que o mandato de

Roberto Campos Neto acaba em 2024.

Ainda não há consenso em nome, perfil, nem mesmo se essa solução deve ou não ser combinada com Campos Neto — que já sondou economistas do mercado para a posição, embora a indicação formal caiba ao Palácio do Planalto.

A vaga na Diretoria de Política Monetária será aberta formalmente no dia 28 de fevereiro, quando terminam os mandatos de Serra e também do diretor de Fiscalização, Paulo Souza. Mesmo que não sejam reconduzidos, eles podem aguardar no cargo a nomeação dos novos membros.

Essas são as primeiras va-

gas que vão se abrir no BC durante o governo Lula.

No caso da Diretoria de Fiscalização, a expectativa é de manutenção de Souza, já que se trata de uma posição mais técnica e ocupada por servidores do BC. Desde o ano passado, porém, Serra já dizia que não queria continuar no cargo.

Há diversas leituras dentro do governo sobre quem ocupará o cargo. Uma ala mais política defende um nome que seja um "contraponto" dentro do Comitê de Política Monetária (Copom), que define a taxa de juros, aos nomes atuais.

Uma parte do Executivo com interlocução com o mercado alerta, porém, que a escolha não pode gerar ruídos



Autonomia. Campos Neto é presidente, mas nomeação do diretor será do governo

que causem um descolamento das expectativas de inflação e faça subir os juros futuros.

A indicação precisará ser validada pelo Senado, e interlocutores do governo chamam a

atenção para o risco de um nome que cause um estresse muito grande no mercado ser barrado pelos parlamentares.

Em meio a essa indefinição, o sindicato dos funcio-

nários do BC pediu ao governo para que um servidor da categoria ou um acadêmico fique com a vaga de Serra. Dos nove integrantes do Copom, quatro são funcionários de carreira: Paulo Souza (Fiscalização), Carolina Barros (Administração), Otávio Damaso (Regulação) e Maurício Moura (Relacionamento e Cidadania).

Em declarações recentes, Lula disse que era uma "bobagem" a autonomia do banco e criticou os juros altos.

Formado por Haddad, Campos Neto e a ministra Simone Tebet (Planejamento), o Conselho Monetário Nacional (CMN) faz a primeira reunião do ano em 16 de fevereiro, mas não deve ser discutida a meta de inflação neste momento.

Procurada, a Fazenda e disse que não vai comentar o assunto. O BC não respondeu. (Manoel Ventura, Jennifer Gullarte e Renan Monteiro)